

Opinion Article

POLÍTICAS PÚBLICAS E SAÚDE MENTAL: UMA REFLEXÃO SOBRE COTIDIANO E ACESSO ÀS AÇÕES PREVENTIVAS DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Elisângela Lopes de Faria¹, Edilene Aparecida Araújo da Silveira² and Selma Maria Fonseca Viegas³

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFSJ/CCO, Divinópolis-MG, Brasil

²Doutora em Ciências. Docente Adjunto da UFSJ/CCO, Divinópolis-MG, Brasil

³Pós-Doutora e Doutora em Enfermagem. Docente Associado da UFSJ/CCO, Divinópolis-MG, Brasil

*Corresponding author: Elisângela Lopes de Faria, Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Received: November 25, 2024; Accepted: November 28, 2024; Published: November 29, 2024

Resumo: No Brasil, é determinado pela Constituição Federal de 1988, que o direito à saúde seja viabilizado por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) e que o acesso deverá ser universal, integral e gratuito, esse acesso é realizado através das ações das políticas públicas, que representam um conjunto de programas, ações e decisões tomadas pelos governos (federal, estadual ou municipal) com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados, essas políticas têm como objetivo garantir a cidadania e o bem-estar social. É de responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde às pessoas em condições de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família. A literatura científica apresenta que estudantes universitários estão fortemente sujeitos ao esgotamento mental e ao desenvolvimento de Transtornos Mentais Comuns (TMC), pois enfrentam, em seu cotidiano, diversas mudanças e adaptações com o início da vida acadêmica que trazem além da mudança do ensino médio para acadêmico, outras transformações que vão desde a saída do lar parental e organização financeira ao planejamento de excedentes horas de estudo. Essa tensão se estende ao longo do curso com as cobranças acadêmicas. Este ensaio teórico teve por objetivo refletir sobre as diversas questões do cotidiano acadêmico e o impacto na saúde mental de estudantes universitários durante o processo de formação. Foi realizada uma busca exaustiva pela literatura científica dentro da temática de saúde mental universitária, que identificou a população jovem adulta como grupo risco para o desenvolvimento de TMC, apresentado problemas relacionados como a ansiedade, depressão e suicídio. Estudos têm apontado que o jovem quando inserido na universidade tem mais chances de adoecimento do que os outros jovens da mesma idade que não cursam a universidade. O Censo de Educação Superior de 2019 apresentou que 8,6 milhões de jovens brasileiros estão matriculados na universidade. Esse ingresso na universidade é uma grande conquista, mas envolve mudanças, desafios e, também, adoecimento. Em todo o mundo várias pesquisas envolvendo estudantes universitários são realizadas,

motivadas por situações psicossociais, econômicas, políticas e até mesmo questões referentes ao próprio ensino. Há diversos fatores associados ao sofrimento psíquico de estudantes universitários, maior vulnerabilidade do sexo feminino e uma variância da prevalência de depressão de 9,3% a 85% de acordo com a localidade, aspectos socioculturais e econômicos. É preciso que haja discussões entre gestores de saúde e as instituições de ensino superior sobre necessidades de saúde, singularidades de diversos grupos específicos, população jovem e estudantes universitários para implementação de programas e políticas de saúde mental com vistas à promoção da saúde, prevenção de riscos ao adoecimento mental, com participação e proatividade de todos, efetividade das ações de diagnóstico, acompanhamento e controle, assegurando aos universitários a conquista de uma nova profissão e o direito ao acesso universal à saúde e à educação com qualidade e como princípio fundamental para o desenvolvimento da cidadania.

Palavras-chave: Estudantes Universitários; Políticas Públicas; Saúde Mental; Sofrimento Psíquico; Universidade

References

1. ANDIFES - V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf> Acesso em 6 abr. 2022.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 20 set. 1990.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em Saúde Mental. Diário Oficial da União, Brasília, 9 abr. 2001. Seção 1, p. 2.

5. BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Superior 2019: notas estatísticas*. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf Acesso em 6 abr. 2022.
6. FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização (1930)*. ESB, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
7. GRANER K. M.; CERQUEIRA A. T. A. R. Revisão integrativa: sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados. *Ciênc. saúde coletiva*; v.24, n.4, p. 1327-1346, 2019. DOI: 10.1590/1413-81232018244.09692017.
8. HUSSERL, E. *A ideia da fenomenologia*. Tradução de Carlos Morujão. Lisboa: Ed. 70, 1986.

Citation:

de Faria EL, Araújo da Silveira EA, Fonseca Viegas SM (2024) POLÍTICAS PÚBLICAS E SAÚDE MENTAL: UMA REFLEXÃO SOBRE COTIDIANO E ACESSO ÀS AÇÕES PREVENTIVAS DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS. *Integr J Nurs Med* Volume 5(6): 1-2.